

A. I. Nº - 232943.0029/05-3
AUTUADO - LIGUE LUZ SUPERMERCADOS LTDA.
AUTUANTES - REGINALDO CAVALCANTE COELHO, ANTÔNIO ANIBAL BASTOS TINOCO, -----
LAUDIONOR BRASIL PEDRAL SAMPAIO
ORIGEM - I F M T – DAT/SUL
INTERNET - 08/09/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0295-03/05

EMENTA: ICMS. EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF). UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações com equipamento sem autorização da SEFAZ, e o Termo de Apreensão, constante do PAF constitui elemento de prova para caracterizar a irregularidade apurada. Retificado o valor da multa. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 08/04/2005, refere-se à exigência da multa de R\$13.800,00, tendo em vista que foi constatada alteração ou permissão de alteração por contribuinte ou credenciado a intervir em equipamento de controle fiscal, do valor armazenado na área de memória de trabalho de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF). Consta na descrição dos fatos que o contribuinte está operando com Equipamento Fiscal (ECF-IF) não autorizado pela SEFAZ e com a resina da memória fiscal violada, conforme Termo de Apreensão de nº 115878.

O autuado, por meio de advogado, apresentou impugnação (fls. 15 e 16), alegando que o autuante não acostou aos autos a prova da acusação fiscal, e a falta de prova do alegado compromete a ampla defesa e torna a acusação nula e improcedente. Entende que o Auto de Infração não poderia ter sido lavrado por presunção, mas, com base em fatos alegados e provados. O defendente assegurou que nunca permitiu que fosse efetuada qualquer alteração nos seus equipamentos com finalidades ilícitas, como está indicado na autuação. Requer seja julgado improcedente o presente Auto de Infração, por falta de prova que lhe dê sustentação.

O autuante Reginaldo Cavalcante Coelho, em sua informação fiscal às fls. 21/22 dos autos, rebate as alegações defensivas argumentando que, se o representante do autuado tivesse verificado com mais atenção as provas acostadas aos autos, constataria a existência de fotos que comprovam o cometimento da irregularidade apontada, e contra imagens não existem argumentos. Disse que as fotos de fls. 05 a 10 demonstram a inexistência de “Lacre Fiscal de Segurança”, e na foto de fl. 11 pode-se visualizar a resina da Memória Fiscal violada.

VOTO

Inicialmente, rejeito a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado, uma vez que o Auto de Infração preenche todas as formalidades legais, não se encontrando os motivos elencados nos incisos I a IV do art. 18, do RPAF/99, para decretar nulidade do Auto de Infração.

No mérito, constato que a multa foi exigida em decorrência da utilização, no estabelecimento, de ECF-IF não autorizado pela SEFAZ e com resina da memória fiscal violada, conforme descrição dos fatos.

O autuado alegou que o autuante não acostou aos autos a prova da acusação fiscal, e a falta de prova do alegado compromete a ampla defesa, tornando as acusações fiscais nulas e improcedentes. Assegurou que nunca permitiu que fosse efetuada qualquer alteração em seus equipamentos, com finalidades ilícitas, como está indicado na autuação.

Observo que o Termo de Apreensão, constitui elemento de prova para caracterizar que o contribuinte estava operando com equipamento que se encontrava em situação irregular, ressaltando-se que a responsabilidade por inobservância de qualquer dispositivo da legislação do ICMS independe da intenção do agente, conforme art. 40, § 2º da Lei 7.014/96.

Analisando as provas acostadas aos autos, verifico que não consta que foi preenchido qualquer documento referente à vistoria nos equipamentos ou laudo técnico relativamente à adulteração na resina de proteção da memória do equipamento, e, por falta nos autos dessa comprovação assinada pelo autuado ou seu representante legal, entendo que não ficou comprovada a mencionada acusação fiscal.

Não obstante isso, também consta no Auto de Infração que a exigência fiscal se fundamentou na utilização pelo autuado, em guichê de atendimento ao público, de equipamento sem autorização desta SEFAZ, para funcionamento e o Termo de Apreensão constitui elemento de prova da irregularidade apontada.

A Lei 7.014/96 prevê a aplicação de multa, conforme dispositivo abaixo reproduzido:

Art. 42.

(...)

XIII-A - nas infrações relacionadas com o uso de equipamento de controle fiscal e de sistema eletrônico de processamento de dados:

(...)

c) R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais):

3 - ao contribuinte que, sem autorização específica do fisco estadual, utilizar, em seu estabelecimento, equipamento de controle fiscal;

Entendo que se encontra no presente processo, elemento suficiente para comprovar a infração apontada, devendo ser alterado o valor da multa exigida para R\$4.600,00, conforme dispositivo legal acima transcrito.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **nº 232943.0029/05-3**, lavrado contra **LIGUE LUZ SUPERMERCADOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$4.600,00**, prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “c”, item 3, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de agosto de 2005.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR

MARIA DO SOCORRO FONSECA AGUIAR - JULGADORA